



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13043 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESPÍRITO SANTO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: LUTAS, CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Tatiana Silva Machado de Oliveira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

### **O FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESPÍRITO SANTO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: LUTAS, CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

O estudo investigou a atuação política do Fórum de EJA/ES, entre 2008- 2018, frente às lutas pelo direito à educação, problematizando a sua configuração como movimento social. O objetivo geral centrou-se na análise da atuação do Fórum na relação com o Estado, no referido período, pela garantia de direitos. Tem sua base teórica na sociologia dos movimentos sociais e na sociologia pública dos movimentos sociais, explorando outros horizontes de análises, dado o esgotamento do modelo clássico de teorização dos movimentos sociais. A opção metodológica foi pela pesquisa documental, atentando para fontes primárias e secundárias e o uso de ferramentas tecnológicas para cotejar as principais temáticas presentes nos documentos. Os resultados apontam novas ferramentas teórico-metodológicas acionadas para compreender a complexidade que envolve o objeto de estudo. O Fórum de EJA/ES lançou mão de estratégias de repertórios criativos na atuação com o Estado, buscando influenciar na política pública; junto a outros movimentos sociais por meio de uma agenda comum; o que reafirma a hipótese de seu reconhecimento como movimento social.

**Palavras-chave:** Fórum de eja/es. Movimentos sociais. Políticas públicas. EJA. Política educacional.

Este trabalho resulta de inquietações e compromissos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seus sujeitos, com os rumos das políticas neste campo, num contexto de desmantelamento das conquistas sociais no país e em especial no campo da educação, em âmbitos nacional e local. O recorte temporal entre os anos de 2008 a 2018 é marcado por acontecimentos em escala global e por transformações que, nas esferas social e política,

provocaram o surgimento de novos atores sociais, com demandas específicas de luta e formas criativas de reivindicação, produzindo deslocamentos na compreensão dos movimentos sociais a partir de uma única matriz teórica.

Esse contexto é assinalado pela crise econômica mundial de 2008 e os seus desdobramentos para a economia, incidindo substancialmente na dimensão social por meio de políticas reducionistas, de cortes de investimentos sociais, a favor da abertura do mercado e investimentos sob a égide do capital.

As ações desencadeadas pelo Fórum local, no percurso em que tem se consolidado, nos fizeram levantar a hipótese de sua configuração como movimento social ante à complexidade do momento histórico que tem produzido novos modos de operar dos movimentos sociais. Por sua vez, os estudos sobre movimentos sociais, em âmbitos global e local têm estado atentos a uma leitura crítica de concepções e práticas que caracterizam as teorias da “mobilização de recursos”, da “ação coletiva” e dos chamados “novos movimentos sociais”. As produções apontam para divergências em relação ao conceito de movimento social.

Atenta à produção do campo teórico e instigada pela relevância das ações do Fórum de EJA/ES, ao longo do seu percurso histórico de 21 anos, no acompanhamento das políticas nacional e estadual e sua participação na formulação das mesmas, o problema de pesquisa buscou estudar: qual a atuação política do Fórum de EJA/ES na relação com o Estado, nos últimos dez anos, frente às lutas pelo direito à educação, que nos levam a problematizar sua configuração como movimento social, em um contexto de desmonte da educação pública? O objetivo geral buscou analisar o percurso de atuação do Fórum de EJA/ES, no período de 2008-2018, a partir da documentação disponível sobre contextos distintos de interlocuções e de duras perdas para a educação pública, especialmente para a EJA.

De forma específica, buscamos contextualizar historicamente as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas, suas conexões com a teorização dos movimentos sociais e a emergência de novos atores; refletindo sobre a atuação do Fórum junto ao Estado na problematização, proposição e acompanhamento das políticas de EJA no período e situando analiticamente ações coletivas e estratégias de atuação com movimentos sociais do campo e da cidade, em prol do direito à educação.

Na afirmação de uma opção teórica pertinente para o estudo em foco, situamos como uma das bases epistemológicas assumidas nessa pesquisa o campo da sociologia dos movimentos sociais, sendo este um campo de estudos em construção que envolve, de acordo com Gohn (2014), vários eixos temáticos de análise.

Simultaneamente, buscamos o aporte do que Bringel e Pleyers (2017) denominam de “sociologia pública dos movimentos sociais”, um campo de conhecimento que vem sendo fomentado no âmbito acadêmico e que tem na sociologia pública de Burawoy (2005) a sua inspiração. No âmbito da sociologia dos movimentos sociais, passamos a historicizar e buscar conexões com o que se tem produzido, tentando refletir sobre dissensões e complexidades.

Segundo Tilly (2010) e Tarrow (2009), historicamente, as relações entre Estado e movimentos sociais são compreendidas pela categoria de protesto, pelo viés do conflito como repertório. O que para Abers, Serafim e Tatagiba (2014) é considerado uma perspectiva de atuação dos movimentos por fora das instituições, uma vez que elas compreendem que os movimentos agem por dentro e por fora do Estado ao mesmo tempo.

Na busca de ferramentas analíticas apropriadas, Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 332) operam uma recriação do conceito de repertório de Tilly (2010), ampliando-o para “[...] ‘repertório de interação’ entre Estado e sociedade civil. Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como essas têm sido usadas, combinadas e transformadas”.

Optamos pela pesquisa documental, cientes da importância de se problematizar os “[...] elementos técnicos, metodológicos e epistemológicos da pesquisa em políticas educacionais”, como um campo de pesquisa em construção (FÁVERO; CENTENARO, 2019, p. 171).

Nesse sentido, o levantamento das fontes teve como critério documentos oriundos de fontes primárias e secundárias exploradas no desenvolvimento da pesquisa e organizados a partir do recorte temporal proposto, que não observa um tempo linear do *Crhonos*, mas o tempo do *Kairós*, do acontecimento, da oportunidade. Os estudos de Vieira (2017) e Cellard (2012), chamam atenção para os sentidos dos documentos e a importância em considerar a memória que eles evocam.

Embora tenhamos nos dedicado ao trabalho de reconstrução da história de atuação do Fórum de EJA/ES, não cabe aqui elencar todas as fontes, o que nos faz eleger apenas alguns documentos e análises: Audiência Pública na Assembleia Legislativa, realizada em 23/06/2016, com o tema: “Juventude e EJA: fechamento de turmas da EJA e impactos sociais” e seus objetivos: debater o fechamento de turmas e escolas de EJA no estado; discutir os sentidos da oferta de EJA a distância e a matrícula *on-line*. O encontro reuniu mais de 200 pessoas, com expressiva participação de estudantes da EJA, do Ensino Fundamental, Médio e Médio Integrado.

Com o objetivo de compreender a atuação do Fórum de EJA/ES na proposição de políticas públicas a partir da relação com o Estado, destacamos categorias exploradas por Tatagiba, Abers e Silva (2018) como ferramentas analíticas úteis ao estudo em questão: a) Políticas públicas; b) Produtos de subsistemas de política pública; c) Movimentos sociais; d) Regime(s); e) Subsistema; f) Contexto Político.

Essas categorias abriram para o nosso estudo a condição de ler criticamente o que o contexto da gestão petista representou para os movimentos sociais, considerando suas atuações pela estrutura relacional de coalizão com o regime, ou pela estrutura relacional no setor da política no subsistema, ou no confronto direto com o Estado, ou ainda, simultaneamente nas três frentes.

Foi nessa dinâmica de relações que lideranças e integrantes dos movimentos sociais passaram a assumir cargos de confiança em instituições públicas, nos âmbitos nacional e nos entes federados, o que possibilitou pensar/intervir/propor política por dentro dos subsistemas. Isso nos remete aos Fóruns de EJA em seu acesso ao sistema, quer pela ocupação de cargos no subsistema da EJA, quer pela abertura de diálogo nas negociações para a construção de políticas.

Retomando a análise da audiência, que foi solicitada pelo Fórum de EJA/ES, ao Deputado Sérgio Majeski, então Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do ES, podemos caracterizar esse contexto tal como sustenta Abers, Silva e Tatagiba (2018), como uma estrutura de oportunidades e constrangimento. O Fórum de EJA/ES toma a oportunidade de acesso à estrutura relacional (Assembleia Legislativa) e, de forma criativa, utiliza-se do repertório de interação de protesto como parte do ciclo de negociação com o legislativo.

A política de matrícula *on-line* e a oferta de EJA a distância produziram um clima de tensão na comunidade escolar diante das condições sociais desfavoráveis, aos estudantes, de acesso à tecnologia, a dificuldade de utilização da ferramenta, além do não domínio de leitura e escrita. Algumas dessas questões foram expostas pelos participantes na audiência, conforme matéria do Século Diário (2020), acerca da dificuldade de deslocamento dos estudantes aos polos de ensino a distância, por residirem em regiões mais remotas, ausência de sinal de internet e computador. Além disso, a inexistência de diálogo com o governo, o que pode levar a ocupação em massa das escolas como protesto, mediante fechamento de 47 turmas de EJA, que em algumas localidades era a única opção de ensino.

A insatisfação gerada pelas denúncias e manifestações foi expressa durante a audiência por meio de depoimentos de atores sociais e do Fórum de EJA, produzindo constrangimento no Estado devido à visibilidade causada na assembleia, na grande mídia e mídia alternativa. Isso levou ao recuo provisório dessa política, por meio da publicação da Portaria n.º 079-R publicada em 28 de junho de 2016, que “estabelece normas para a matrícula nova na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas estaduais para o segundo semestre letivo de 2016”.

A experiência vivida nessa audiência nos remete a Tilly (2010), quando inferimos que a atuação do Fórum de EJA, em defesa do direito e contra as políticas neoliberais do Estado, caracteriza-se como uma política contenciosa. Isso pode ser evidenciado considerando as articulações do Fórum realizadas junto a outros atores sociais, para esta audiência, na luta pelo direito, envolvendo o confronto direto com os interesses do Estado.

Outro ponto de tensionamento explicitado pelo Fórum, na audiência, refere-se à ilegalidade da política dos cortes públicos, pelo veio da negação dos direitos, sobretudo da educação, que torna inviável a EJA a distância, o que levaria ao abandono do estudo. Isso ficou evidente na matéria do Século Diário (2020), em que os membros da comunidade escolar, preocupados

com a evasão, tentam um diálogo com o secretário de educação a fim de apelar pela permanência das aulas presenciais.

Assim, nos achados da pesquisa, observamos que pesquisadores dessas teorias assumem uma leitura crítica das suas próprias descobertas, criando e recriando categorias e conceitos a partir de estudiosos clássicos; a) essas ferramentas permitem compreender a complexidade que envolve o objeto de estudo, indicando a impossibilidade de conceituar os movimentos sociais a partir de uma única matriz teórica; b) no processo de análise, observa-se que o Fórum de EJA/ES disputou projetos de políticas públicas em duas dimensões, sendo de forma simultânea ou não, no âmbito da estrutura do subsistema e do regime; c) as estratégias criativas de repertórios utilizadas, seja pelo confronto, pela oportunidade política de influenciar na formulação de políticas públicas, ou pela manutenção do status quo, estão submetidas à configuração do contexto político e suas transformações.

Partindo desse pressuposto, reafirmamos que o Fórum de EJA/ES segue buscando assumir o seu compromisso, como sujeito político, junto a outros atores sociais, com uma agenda comum de lutas, o que nos abre para o seu reconhecimento como movimento social.

## Referências

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-57, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores oportunidades políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Movimientos sociales en el mundo contemporaneo. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Eds.). Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

BURAWOY, Michael. For Public Sociology. American Sociological Review, v. 70, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941227/mod\\_resource/content/0/Ana%20C](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941227/mod_resource/content/0/Ana%20C)

COMUNIDADE escolar repudia fechamento de turmas do EJA. Século diário, mar. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/comunidade-escolar-repudia-fechamento-de-turmas-do-eja>

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação do Espírito Santo. Portaria n.º 079-R, de 28 de junho de 2016. Estabelece normas para a matrícula nova na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas estaduais para o segundo semestre letivo de 2016. Vitória: SEDU, 28 jun. 2016. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf>

%20e%20Arquivos/PORTARIA%20079R%20%20Estabelece%20normas%20para%20a%20matrícula%20nova%20na%20modalidade%20de%20EJA%202%20semestre.pdf.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. Revista Contrapontos, Itajaí, v. 19, n. 1, jan./dez. 2019. p. 170-174.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Questões da nossa época; v. 47).

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção sociologia)

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.

VIEIRA, Tatiana de Santana. Mnemosine, Clio e a memória histórica da extensão em/com educação de jovens e adultos na UFES de 1986 a 1986. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6847/1/tese\\_11704\\_TESE\\_Tatiana%20de%20Santana%20Vieira\\_REVIS\\_O%20FINAL.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6847/1/tese_11704_TESE_Tatiana%20de%20Santana%20Vieira_REVIS_O%20FINAL.pdf).